

# “Do Girau ao Itabiruçu”: a produção e transformação do ferro entre a escravidão e a protoindustrialização, Termo de Itabira, 1808–1888<sup>2</sup>

Maura Silveira Gonçalves de Britto<sup>1</sup>

*“From Girau to Itabiruçu”: the production and transformation of iron between slavery and proto-industrialization, Itabira Term, 1808–1888*

Revista Galo v. 6 n. 11  
<https://doi.org/10.53919/g11d11>

---

**Resumo.** O artigo analisa os processos produtivos inerentes às atividades de produção e transformação do ferro verificadas no Termo de Itabira, entre os anos de 1808 a 1888 à luz do conceito de protoindustrialização (a perspectiva de Mendels e trabalhos revisionistas posteriores, como Ogilvie e Cerman). Tendo por fonte as listas nominais de habitantes de Itabira (1832 e 1840) estabelece uma caracterização pormenorizada das unidades produtivas cujos chefes de domicílios foram identificados como fabricantes ou manufatores de ferro. Ao ampliar o alcance da lupa da pesquisa, pode-se perceber as nuances dos tratos de trabalho referentes ao ferro em um contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas Minas Gerais, ao longo do século XIX.

**Palavras-chave.** Manufaturas do ferro. Itabira Oitocentista. Trabalho livre. Trabalho escravo.

**Abstract.** The article analyzes the production processes inherent to the iron production and transformation activities observed in the Itabira Term, between the years 1808 and 1888 in light of the concept of protoindustrialization (the perspective of Mendels and later revisionist works). To this end, using the nominal lists of inhabitants of Itabira (1832 and 1840) as a source, it establishes a detailed characterization of each of the productive units whose heads of households were identified as iron manufacturers. By expanding the scope of the research magnifying glass, one can perceive the nuances of labor dealings with iron in a context of transition from slave labor to free labor in Minas Gerais, throughout the 19th century.

**Keywords.** Iron manufactures. Itabira 19th century. Free work. Slave labor.

---

<sup>1</sup>Doutora em História. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4270-5418>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1742434527555785>. E-mail: [maurasgbritto16@gmail.com](mailto:maurasgbritto16@gmail.com).

<sup>2</sup>O texto ora apresentado aqui na Revista Galo é adaptado da minha Tese de Doutorado, mais precisamente do capítulo 6. Ela foi defendida em 25 de agosto de 2023. Para saber mais, veja “Forjas e espaços de liberdade nas Minas do ferro: comunidade e sociabilidade entre trabalhadores afrodescendentes e africanos. Termo de Itabira, 1808–1888”. Universidade Federal de Ouro Preto, 2023. A referida tese foi indicada ao Prêmio Capes 2024 pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/17925>.

## Introdução

A recente historiografia acerca da economia brasileira no Império versa como o mundo do trabalho e a expansão do capitalismo industrial foram integrados à sociedade brasileira. (Marquese, 2009, Libby, 1998; Paula, 2000). Enquanto nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro a expansão de uma economia cafeeira de exportação buscou conjugar investimentos na modernização produtiva e a racionalização do uso da mão de obra escravizada, na Província de Minas, as atividades de transformação, como base do reordenamento econômico estiveram alicerçadas no trabalho escravo. Neste trabalho, analisaremos esse processo tendo por eixo as atividades de produção e transformação do ferro verificadas no Termo de Itabira.

## Protoindustrialização em contextos de escravidão

A análise da economia mineira oitocentista abrange a indústria brasileira ao longo do século XIX e suas relações com a manutenção da escravidão. Enquanto alguns autores avaliam tais atividades a partir da categoria protoindustrialização, outros questionam as visões teleológicas que o uso do termo pode atribuir às experiências de produção manufatureira que marcaram várias províncias brasileiras nesse período. (Libby, 1998; 2003; Paula, 2000). Trataremos das atividades de produção e transformação do ferro nas localidades do Termo de Itabira no século XIX à luz do viés interpretativo do conceito de protoindustrialização, delineando os limites de uma percepção evolucionista das atividades produtivas. Assim, a indústria doméstica e a protoindustrialização serão tratadas enquanto possibilidades interpretativas, observando-se as limitações da proposição original de Mendels, como observaram, Ogilvie (2008), Cerman (1996) e Medeiros & Prado (2019)<sup>3</sup>.

Ogilvie (2008) considera que esse processo tem sido analisado em uma perspectiva evolucionista que se pretende universal para compreender os casos em que se observara a ocorrência

---

<sup>3</sup>Mendels (1972) analisa o processo de expansão da produção artesanal, evidenciado no decorrer do século XVIII europeu e o reordenamento das forças produtivas de uma parcela do campesinato das circunvizinhanças dos centros urbanos, através do qual, camponeses subempregados atuavam tanto na produção agrícola quanto na chamada indústria doméstica, sobretudo nos períodos da entressafra agrícola. Para o autor, esse processo teria desencadeado as condições de produção de uma mão de obra de reserva, provocado rupturas nas instituições rurais de propriedade e trabalho, baseadas em sistemas de heranças e no poderio senhorial, modificando a mentalidade do campesinato em relação ao processo produtivo. O que teria desarticulado tanto o sistema de guildas que regulava a produção artesanal quanto o próprio mundo rural. Assim, a protoindustrialização teria proporcionado o crescimento populacional e a fragmentação da terra, provocando a formação de uma camada de trabalhadores e mão de obra de reserva para a indústria nascente, propiciando acúmulo de capitais a serem investidos na produção fabril. Essa produção não seria destinada ao autoconsumo ou ao comércio local, mas visavam atender às demandas de um mercado regional mais extenso. Ogilvie e Cerman apontam inconsistências na universalização do termo para tratar a transição da produção artesanal para indústria doméstica como um modelo interpretativo para toda Europa, no final do século XVIII, como uma fase inicial da indústria moderna. Para eles, a partir de estudos regionais, deve-se pensar outras variáveis para abarcar a relação de causalidade entre a conjugação das atividades agrícolas e indústria doméstica nas transformações sociais — como o crescimento demográfico — que resultariam na desarticulação das instituições feudais de organização do trabalho e na emergência do sistema fabril.

da indústria doméstica, evidenciando aspectos que relativizam a teoria protoindustrial. Tais como: a indefinição sobre o tamanho preciso e a estrutura organizacional que uma unidade produtiva deveria ter para ser considerada protoindustrial, sendo que, muitas tratadas dessa forma por Mendels atendiam a uma mesma cidade-mercado; a falta de consenso sobre como essa mão de obra regional deveria estar empregada na protoindústria e o grau de crescimento demográfico que poderia ocasionar tal processo; qual o índice de exportação de uma unidade produtiva a classificaria como protoindustrial e não como artesanal; a imprecisão da análise aos fatores geográficos que teriam influenciado o desenvolvimento de diferentes campos de indústria doméstica analisados por Mendels. A autora questiona se tal crescimento demográfico teria resultado de outros fatores, uma vez que os estudos de caso demonstram que nem todas as áreas tratadas como protoindustriais na proposta de Mendels apresentaram maior densidade populacional, idades mais baixas para a taxa de nupcialidade e fertilidade.<sup>4</sup> Outro ponto de divergência se refere ao tipo de mão de obra empregada nas unidades produtivas entendidas como protoindustriais. Na perspectiva de Mendels, entende-se por produção fabril um processo produtivo no qual ocorre a transformação de matéria prima em produto acabado através do uso de maquinário, clara divisão do trabalho, utilização de mão de obra assalariada, tendo o capitalista o controle da produção e dos meios de produção. Ogilvie considera que, em algumas áreas, as protoindústrias inglesas existiram em domínios feudais, coexistindo com a servidão enquanto forma de trabalho.

Assim, a protoindústria aparenta ser uma das muitas fontes dos capitais investidos nas primeiras fábricas, ao mesmo tempo que se observa casos em que esses capitais foram direcionados para atividades agrícolas, compra de terras ou mesmo em investimentos políticos, e não apenas na produção fabril.

Para o caso das Minas Gerais Oitocentistas, Libby, (1988, 2003) salienta que, no contexto do reordenamento econômico após a diminuição dos lucros advindos da mineração aurífera, a pauta produtiva da paisagem mineira se caracteriza pela diversificação das atividades e pela expansão da indústria doméstica. O autor destaca o emprego da mão de obra escravizada fora a base da indústria mineira ao longo do século XIX, com a produção e transformação do ferro, produção têxtil e mineração subterrânea.<sup>5</sup> Libby evidencia que a indústria doméstica

---

<sup>4</sup>Medeiros e Prado consideram que “a protoindústria foi um fenômeno amplo e não restrito à Europa” (2019, p. 159). A partir de uma genealogia do conceito, os autores apresentam as críticas de Ogilvie ao modelo original da teoria, já citadas anteriormente e destacam outros casos em que a relação entre a expansão da indústria doméstica em áreas rurais, o crescimento populacional e a transição para o sistema de fábricas, ocorreriam tal qual o que fora proposto por Mendels — citam, para isso, as unidades produtivas da Catalunha, vistas nos estudos de Marfany (2010). Os autores também apontam para o carácter diversificado da protoindústria e entendem que, enquanto categoria analítica dos processos produtivos que levaram à industrialização, o conceito de protoindustrialização, alinhando à estudos regionais, pode contribuir para a compreensão dos fenômenos inerentes à indústria rural e que pode ser associado a realidades distintas, como ocorreu a transformação dos sistemas produtivos em áreas coloniais, como o Brasil.

<sup>5</sup>Cabe a distinção entre sociedade escravista e sociedade com escravos, de Ira Berlim: “O que distinguia as sociedades com escravos era o fato de que estes eram marginais aos processos produtivos centrais. Nas

mineira estivera vinculada às atividades cotidianas dos lares e oficinas artesanais, em estágios simultâneos de organização da força de trabalho, destacando a abrangência do conceito de indústria aplicado às Minas oitocentistas (Libby, 1988, p. 14–17). A análise das atividades produtivas nas Minas do ferro Oitocentistas a partir das categorias ocupacionais identificadas nas listas nominais de habitantes de Itabira (1832 e 1840) nos leva a refletir sobre a qualidade da documentação censitária produzida para a Província neste período. Procuramos classificar as unidades produtivas a partir da ocupação do chefe de domicílio, dos demais habitantes do fogo, sua relação com o proprietário da referida unidade e a condição jurídica de todos os moradores. Ao tratar dos usos da terra, das categorias ocupacionais identificadas e da condição de trabalho dos membros pode-se analisar quantitativa e qualitativamente as atividades econômicas predominantes na região. Vê-se o grau de mercantilização e dinamismo de tais atividades no contexto do mercado interno, assim como seus vínculos com a escravidão enquanto forma de trabalho predominante nas unidades de maior porte. Considera-se, contudo, o grau de imprecisão dos dados, sobretudo quanto aos indivíduos sem a ocupação definida.<sup>6</sup>

---

sociedades desse tipo, a escravidão era apenas uma forma de trabalho entre outras. Os proprietários de escravos tratavam os com extrema impiedade e crueldade, às vezes porque este era o modo como tratavam os subordinados, fossem eles servos, devedores, prisioneiros de guerra, camponeses ou talvez simplesmente pessoas pobres. Nas sociedades com escravos, ninguém supunha que a relação senhor-escravo fosse exemplar. Nas sociedades escravistas, diferentemente, a escravidão estava no centro da produção econômica e a relação senhor-escravo fornecia um modelo para as relações sociais: marido e mulher, pai e filho, empregador e empregados. Desde as mais estreitas ligações entre homens e mulheres até as conexões mais públicas entre governante e governado, todas as relações mimetizavam as da escravidão. Enquanto nas sociedades com escravos os proprietários de escravos eram apenas uma fragmentação de uma elite abastada, nas sociedades escravistas eles eram a classe governante. Nas sociedades escravistas, quase todo mundo — livres e escravos — aspirava entrar na classe dos proprietários de escravos, e em certas ocasiões alguns antigos escravos lograram fazê-lo. Relutava-se em aceitá-los, na medida em que portavam o estigma do cativo em sua linhagem e, no caso da escravidão norte-americana, da cor em sua pele. Mas o direito de entrar na classe proprietária de escravos raramente era negado, porque a propriedade de escravos estava aberta para todos, independente da família, nacionalidade, cor ou origem”. (Berlim, 2006, p. 21). Isto posto, nossa perspectiva é que no Brasil do século XIX, a racionalização liberal e expansão capitalista contribuíram para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, de forma que o escravismo vigente no século anterior tendera a se configurar enquanto uma sociedade com escravos. Contudo, esse processo é lento e não ocorre de maneira uniforme em todas as províncias. Nas Minas do ferro, o que se verifica nas fontes é a importância da mão de obra escravizada nas atividades de produção do ferro ao longo de todo período analisado neste trabalho.

<sup>6</sup>Para o caso das listas nominais de Itabira, o percentual de qualidade da informação está entre os mais altos verificados para a documentação de toda Província. Para a lista de habitantes de 1832, os dados referentes à ocupação da população estão presentes em 64,8% dos registros, conforme o índice de classificação da qualidade da informação proposto por Godoy e Paiva (2010). Quanto à relação nominal de habitantes de 1840, de um modo geral, sobre os moradores de cada domicílio, tal fonte apresenta dados mais completos que a anterior. Além da sua classificação por gênero, condição jurídica, sexo e ocupação, também nos permite localizar tais fogos no espaço da Vila, o que não é possível pela disposição da informação no recenseamento de 1832. Isso posto, estamos cientes da ausência de algumas informações no conjunto dos dados das duas fontes analisadas, mas, consideramos tais números em conjunto com outras fontes textuais e não apenas as censitárias, de forma que consideramos o percentual de qualidade dos dados consistente, para as conclusões apresentadas em nossa investigação.

Nossa compreensão acerca do impacto que as atividades de produção e transformação do ferro tange à economia mineira oitocentista e aos setores que mantiveram os altos índices de importação da população escravizada na província. Desde o final da década de 1980, o reordenamento econômico da Província de Minas Gerais, ao longo do século XIX, assim como os efeitos da redução da mineração do ouro como atividade predominante e catalisadora do amplo emprego da mão de obra escravizada na região vem sendo alvo de estudo (Martins, 1982; Luna, 1983; Paiva, 1986; Libby, 1988). Embora tais autores divirjam quanto ao grau manutenção dos vínculos dessa economia com os setores de exportação, assim como sobre os fatores responsáveis pelo emprego e altos índices de cativos na Província em todo o Oitocentos, o tema de diversificação econômica está presente em todas essas abordagens.<sup>7</sup> A análise das atividades de produção e transformação do ferro em Itabira indica a ocorrência desta em prática em unidades produtivas com características diversas: em algumas delas, é possível observar uma maior separação entre capital e trabalho, assim como um processo de especialização e divisão do trabalho mais definido. Havia unidades de produção em que encontramos trabalhadores do ferro e elementos descritos em inventários que correspondem a tais atividades de transformação se enquadram no que Mendels, Ogilvie e Cerman tratam por indústria doméstica. Um tipo de produção distinto da produção artesanal, mas que, em nossa perspectiva, não deve ser vista como um estágio entre a manufatura e a produção fabril. Tal visão teleológica sobre os processos produtivos pode deixar ocultas muitas nuances relacionadas à organização do trabalho e aos sujeitos envolvidos em tais atividades. Sobretudo porque, ao tratarmos da indústria doméstica nas Minas Gerais Oitocentista, como já observara Libby, o fator escravidão não pode ser ignorado. Pelo contrário, ele é inerente ao processo de reordenamento dos investimentos de capitais voltados à diversificação econômica, no qual, o setor de transformação é um dos aspectos centrais.<sup>8</sup> É importante salientar que nas unidades

---

<sup>7</sup>A revisão do imaginário da decadência é um dos feitos da virada historiográfica que marca tais estudos sobre a economia mineira oitocentista. Na perspectiva de Libby, tal reordenamento das atividades produtivas mineiras no período evidencia, além da diversificação econômica, certa independência da Província na aquisição de produtos importados, por gêneros alimentícios ou manufaturas diversas, uma vez que o setor de transformação é um dos campos de dinamismo mercantil do período. Para o autor, a siderurgia oitocentista pode ser considerada enquanto produção manufatureira, uma vez que, mesmo nas unidades de produção em que não se utiliza o trabalho assalariado, é possível perceber a separação entre capital e trabalho. A atividade de produção e transformação do ferro seria mais frequente em unidades produtivas médias, nas quais a divisão do trabalho ocorreria de forma rudimentar e verificaria-se a presença de ferramentas manuais na execução do processo de produção.

<sup>8</sup>A respeito da classificação da atividade produtiva em relação aos processos de trabalho, seguiremos a definição apresentada por Libby (1988) trata por produção artesanal os casos e que a atividade é realizada em pequena oficina, sem divisão técnica das etapas de produção, na qual o produtor e o proprietário dela podem ser a mesma pessoa. Por produção manufatureira, identificaremos as unidades em que haja clareza na separação entre capital e trabalho, utilizando-se ferramentas manuais e nas quais a divisão do trabalho ocorra, ainda que de maneira rudimentar. E por sistema fabril, as grandes unidades produtivas nas quais, além da separação nítida entre proprietários e operários, o ritmo do trabalho seja guiado pelo uso de maquinário mais complexo. É importante observar que, ao identificar as características do processo produtivo em que se enquadram as unidades produtivas das Minas do ferro, nossa análise não presume que esses estágios sejam obrigatoriamente

produtivas analisadas têm-se dois tipos de unidades de produção. Aquelas em que ocorrera o processo de produção do ferro, e que são descritas por fábricas ou “engenho de fazer ferro, ou de propriedade de “fabricante/fabricador/manufactor” de ferro, nas quais pode-se observar o processo de trituração do minério de ferro, seguida da adição de areia a aquecimento do material – processo tratado na documentação do período como fundição – e a transformação desse material em utensílios diversos. E outras unidades em que o ferro seria comprado de instalações maiores e apenas forjado em tendas de ferreiro, muitas delas utilizando para isso o malho hidráulico. Para as primeiras, podemos utilizar a designação de produção manufatureira ou indústria doméstica, a depender da forma de organização do trabalho e potencial produtivo de cada um dos casos em análise. Para as segundas, usaremos o termo produção artesanal. E em todas elas há várias nuances no ritmo de trabalho e capacidade de produção de um caso a outro.

Procuramos avaliar o impacto que tais atividades tiveram para a construção de espaços de autonomia e arranjos de trabalho entre a parcela da população cativa e liberta que fora empregada nos ofícios e ocupações ligadas ao ferro. Nesse sentido, interessa-nos tanto a composição e características dos domicílios em que foram encontrados indivíduos descritos com atividades ocupacionais relacionadas aos saberes do ferro quanto às relações estabelecidas por esses indivíduos para além do mundo do trabalho, vistas enquanto agências em busca de melhoria de suas condições de existência e por mobilidade social.

### **Os fogos de fabricantes de ferro na Itabira do Mato Dentro, 1832 e 1840**

Analisamos as unidades produtivas identificadas nas listas nominais de habitantes de Itabira (1832 e 1840) em que os chefes de domicílio foram identificados pela ocupação de “fabricante/fabricador/ manufactor de ferro”, a partir das características dos referidos chefes e dos demais integrantes dos fogos e dos domicílios listados na vizinhança, relacionando tais informações a outras fontes consultadas referentes ao mesmo período.<sup>9</sup> A respeito das técnicas empregadas nas atividades de produção e transformação do ferro, em seus relatórios, Eschwege descreve as instalações que visitara em Minas Gerais, no início do século XIX. O engenheiro é o responsável pela introdução na região da Itabira do Mato Dentro do malho hidráulico, inovação que permitiu uma importante melhoria técnica para a metalurgia local:

Desde esse tempo [século XVIII], muitos lavradores e ferreiros passaram a produzir ferro só em quantidade suficiente para as suas necessidades, não só porque antes

---

lineares e que todas as unidades passariam por todas as etapas produtivas. Coexistem, no período em questão, a produção artesanal, a indústria doméstica e a produção manufatureira.

<sup>9</sup>A partir dos dados sobre tais indivíduos nas listas nominais de 1832 e 1840, pode-se acompanhar algumas trajetórias, assim como verificar o decurso da própria unidade de produção ao longo de determinado espaço de tempo, destacando-se o tipo de mão de obra empregada, características dos processos produtivos empregados, potencial de produção de mercantilização, capitais investidos pelos proprietários nessa e em outras atividades. Consultamos também inventários post mortem (1813 a 1888) e o registro de terras públicas (1854–57).

da chegada da Família Real era proibido fabricar o ferro industrialmente, como também se desconhecia o processo de produzi-lo em grande escala. Por ocasião de minha chegada em 1811, era comum esse processo bárbaro de produção. A maioria dos ferreiros e fazendeiros que possuíam ferraria também tinham seu forninho de fundição, sempre diferente um do outro, pois cada proprietário, na construção, seguia suas próprias ideias. Alguns fundiam simplesmente nas invariáveis forjas de ferro, fazendo a carga de minério com suas usuais colheres, outros levantavam um pouco a forja dos lados. Encontrei ainda fornos cônicos e cilíndricos, de três a quatro palmos de altura, e também os de seção quadrada, nos quais, na parte dianteira, havia um orifício, que após a extração das lupas, era fechado logo. (Eschwege, 1978, vol. 2: p. 203).

Vê-se que as atividades de produção do ferro em Minas seguiam conhecimentos de várias vertentes culturais. Ainda que se deva ter certo cuidado ao analisar os termos utilizados por ele para descrever o processo africano, devido ao viés eurocêntrico de seu olhar, é evidente que o método dos cadinhos se fez presente entre as forjas da região, desde o século XVIII<sup>10</sup>. Atribuído à tecnologia da metalurgia africana, o processo sofrera modificações ao longo do tempo, adequando-se aos métodos trazidos por técnicos europeus ou pelos operários suecos do Intendente Câmara. Muitas dessas forjas também foram construídas a partir de intervenções feitas por seus proprietários. Em nossa perspectiva, a técnica abarcou conhecimentos provenientes de várias matrizes étnicas e intervenções locais em um processo de hibridação cultural (Gruzinsky, 2002). Reconhecemos, portanto, as diversas origens dos saberes do ferro, mas, não estabelecemos uma relação direta entre a etnicidade e a técnica aplicada. Da análise das diferentes unidades produtivas empregadas às atividades de produção e transformação do ferro, entendemos que a técnica — de origens diversas — se materializa na prática e a prática é territorializada: realiza-se nas condições que estão postas em um dado espaço e período, pela partilha de saberes e rotina de trabalho entre seus agentes.

Rebelatto (2014) investiga como o trabalho escravo fora utilizado nas atividades de produção e transformação do ferro no termo de Santa Bárbara, ao longo do século XIX. Seu estudo tem como foco principal a organização do trabalho na fábrica de ferro criada por João Monlevade, em São Miguel do Piracicaba e as relações estabelecidas em torno dela por parte de seus trabalhadores.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup>Sobre as técnicas empregadas na produção e transformação do ferro em África e na América portuguesa, ver: Alfagali; 2018; Britto, 2021; Eschwege, 1978; Landgarf, 2021; Oliveira, 2021; Sena, 2004; Silva, 2021.

<sup>11</sup>Utilizando um caminho metodológico semelhante ao que propusemos nesse e em trabalhos anteriores, a autora analisa os dados referentes aos relatórios provinciais de 1854/55, das listas nominais de 1831/32 referentes aos termos de Santa Bárbara e Itabira, inventários post-mortem e dos censos provinciais de 1872. Visa compreender a estrutura de composição da população escravizada da região, os índices de distribuição da propriedade escrava e seus usos no contexto econômico das localidades compreendidas no termo de Santa Bárbara.

A autora aponta o grau de centralidade que a vila de Itabira desempenhava nesse período, na área da Província de Minas Gerais que estamos tratando por Minas do ferro. A partir dos trabalhos de Rodarte e Paiva (1999), procura compreender as conexões entre o mundo urbano e rural pela presença de cargos administrativos e oferta de serviços diversos de uma localidade em relação às outras da circunvizinhança para definir aquela que teria uma posição de centralidade no território.<sup>12</sup>

Para a Vila de Itabira, a análise da população escravizada descrita não apenas nos mapas de população de 1833 e 1872, da lista nominal de habitantes de 1840 e dos escravizados listados nos inventários post-mortem do período de 1813 a 1888<sup>13</sup> apresenta um padrão semelhante. Os dados revelam a permanência do tráfico transatlântico como elemento de reposição de mão de obra escravizada na primeira metade do século XIX, ainda que a reprodução natural possa ser considerada. Ao passo que, a partir de 1850, a população livre tende a se tornar maior que a escravizada, a população africana apresenta-se reduzida e envelhecida e a razão de masculinidade entre africanos e afrodescendentes também apresenta índices mais baixos. O que reflete os efeitos do fim do tráfico transatlântico e o crescimento da possibilidade de acesso à alforria, a partir de 1850.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup>A respeito da estrutura etária da população escravizada, as conclusões de Rebelatto, assim como as deste trabalho, convergem aos dados apresentados pela recente historiografia acerca das Minas Gerais no século XIX. Para a população cativa presente no termo de Santa Bárbara, os dados da autora indicam, nos dois períodos analisados nas listas nominais, um pequeno índice de importação de crianças, maior percentual de escravizados nas faixas etárias referentes à idade produtiva e reprodutiva, baixo percentual de idosos e uma distribuição entre os sexos mais harmônica entre os livres que entre os escravizados. Ou seja, uma pirâmide etária que evidencia o impacto do tráfico transatlântico para a composição da mão de obra escravizada (Rebelatto, 2014, p. 28–34). Ainda segundo a autora, “Itabira, nos dois momentos [1831 e 1872] aparecia com o número de atividades muito superior às demais localidades próximas. Além disso, suas freguesias vizinhas — Santana dos Ferros Itambé e Antônio Dias, presentes na lista nominativa de 1831 — possuíam um caráter mais deficiente no que se refere à oferta e prestação de serviços. Para o ano de 1872, a posição central não se altera. (...) Na Vila de Itabira havia em média 32,6 pessoas livres para cada estabelecimento comercial, sendo que, nas suas freguesias esse número era de 45,9 para Santana dos Ferros. Já em Santa Bárbara, essa média de habitantes por estabelecimento comercial era de 45, sendo que em algumas freguesias os valores eram próximos; Brumado possuía 39,5 habitantes/comércio; em São Miguel do Piracicaba esse número era de 42,1; em Catas Altas, 53,6 e em Cocais, 62,1.” (Rebelatto, 2014, p. 25–27).

<sup>13</sup>Foram consultados 776 inventários post mortem referentes às localidades do Termo de Itabira no período de 1813 a 1888, cujos dados foram quantificados para análise qualitativa. Sabemos que os inventários, enquanto fonte de pesquisa, apresentem dados referentes apenas à parcela da população que possui bens para declarar no momento de sua morte — o que que impõem limitações a seu alcance enquanto base de análise de aspectos demográficos de uma dada população — o amplo corpo documental consultado nos permitiu apresentar considerações consistentes acerca da composição dessa população por origem, idade e sexo, década a década, ao logo do oitocentos. Também os Mapas de população de Itabira e Santa Bárbara de 1833; as Relações nominais de habitantes de Itabira de 1832 e 1840; o Relatório do Presidente da Província de 1854 e o Censo Provincial de 1872. Para maiores dados acerca dos dados demográficos da área de análise, ver: Britto, Maura S. Gonçalves de. **Com luz de ferreiro: práticas do ofício nas Minas do ferro escravistas, século XIX**. Belo Horizonte: Páginas Editora, 2021.

<sup>14</sup>Esses dados sobre a composição da população, assim como sobre a estrutura ocupacional da mão de obra livre e cativa da região em análise são importantes para que possamos compreender se e como as atividades

Para as Minas Oitocentistas, Libby e Rebelatto apontam o emprego da mão de obra escrava em instalações de produção do ferro e mineração subterrânea de ouro que se configuram enquanto unidades produtivas mais complexas, integradas ao sistema fabril, como as mineradoras britânicas de Gongo Soco e Cocais. Destacam a presença do braço escravo em todas as etapas da produção e a coexistência do trabalho escravo e do trabalho livre assalariado nas ditas mineradoras.<sup>15</sup> Sobre a divisão e especialização do trabalho na Mina Gongo Soco, a partir da análise dos relatórios da companhia, Libby observa que, ao longo dos mais de 25 anos de sua atuação, a composição da força de trabalho sofreu poucas alterações, mantendo-se o predomínio dos escravizados em praticamente todas as etapas da produção<sup>16</sup>.

O autor salienta que os cargos administrativos estiveram, em todo período, nas mãos dos funcionários europeus. Sobre os processos técnicos de produção, a presença dos escravizados em trabalhos especializados apenas não se verificava quando o treinamento dos mesmos não era necessário, dada a realização de tais tarefas pelos europeus. Para o autor, essa distribuição ocupacional não resultaria da “inabilidade” dos escravizados para as atividades mais especializadas, mas às características das técnicas empregadas e à lógica de contratação da empresa nos períodos em que seus lucros estiveram mais altos.<sup>17</sup> Sobre a Mina de Cocais, Rebelatto observa a conjugação do trabalho escravo e do trabalho livre em todas as etapas da produção, assim como a existência de um maquinário mais complexo do que o encontrado em Gongo Soco. O emprego em larga escala de mão de obra cativa nessa atividade, segundo a autora, justificaria a alta concentração da propriedade escrava nesse distrito. Um quadro distinto das demais localidades do termo de Santa Bárbara, nas quais a propriedade escrava apresentava-se disseminada em pequenas e médias posses. A presença de grande número de escravizados nessas unidades produtivas apontaria a existência de processos produtivos estruturados e dinâmicos com ritmo regular e especialização do trabalho.<sup>18</sup>

---

de produção e transformação do ferro possibilitaram o emprego de tais trabalhadores no setor e os arranjos de trabalho construídos por estes no intuito da conquista de espaços de autonomia e, finalmente, da alforria.

<sup>15</sup>Para o ano de 1831, Rebellato apresenta dados comparativos entre Itabira e Santa Bárbara, no que se refere à presença escrava nos fogos registrados na relação nominal de habitantes. Segundo a autora, em Itabira “esses fogos eram 28,5% do total”. (Rebelatto, 2014, p. 32–36).

<sup>16</sup>Citando Henwood, Libby afirma que “(...) os escravos adultos que trabalhavam nas obras subterrâneas eram geralmente utilizados na remoção do minério das escavações. Se eles não eram bons broqueiros ou escoradores (estivadores), isso se devia ao fato de que ‘o trabalho especializado era, na sua maior parte, realizado por europeus’. Ou seja, os cativos simplesmente não foram treinados para tais tarefas nas escavações porque, pelo menos enquanto a companhia gozava de lucros altos, os serviços dos europeus tornavam esse treinamento desnecessário. O autor nota, não obstante, que muitos escravos eram excelentes pedreiros, ferreiros de carpinteiros. Já muitos meninos escravos eram treinados como mineiros, enquanto muitos se tornavam artesãos habilidosos.” (Libby, 1988, p. 303–304).

<sup>17</sup>A esse respeito, Gardner observa: “(...) o minério, metal rico é lavado e pisado em pilão, ao passo que o inferior é enviado para as máquinas de moer e, depois, separado pela lavagem na bateia, ou amalgamado. Não obstante a riqueza superior dessa mina, seu maquinário era muito inferior ao de Cocais. (Gardner, 1975, p. 218–220).

<sup>18</sup>Rebelatto ressalta que “(...) estamos trabalhando com uma região que foi um dos focos dessa diversidade tanto do uso como das metodologias empregadas para alcançar bons resultados com a forma de trabalho

No caso das unidades produtivas dedicadas à produção e transformação do ferro na Itabira Oitocentista, o processo de aprendizagem do ofício de ferreiro se daria através da prática e da convivência com outros artesãos. Além disso, não haveria um padrão etário para o início do processo de formação ou a presença de muitos ferreiros na mesma unidade produtiva. Dessa forma, o aprender se construiria pelo fazer e pela partilha do saber, tanto entre os ferreiros livres quanto entre os escravizados e libertos. A prática do ofício permitiria aos artífices do ferro, de diferente condição social, partilhar sua rotina de trabalho. Quanto às unidades produtivas de “fabricantes de ferro”, entendemos que essa terminologia aplicada ao chefe de domicílio não estabeleça uma relação direta entre o saber fazer e a propriedade da “fábrica de ferro”. Essa relação precisa ser verificada nas informações dos demais habitantes do fogo. A hipótese de que os cativos eram instruídos pelos senhores não fora a regra comum nas unidades analisadas. A topografia social dos domicílios da Itabira em que há presença de ferreiros aponta diversos casos de unidades produtivas em que os senhores e escravizados não partilhavam da mesma ocupação e os saberes do ferro estavam presentes apenas entre os cativos da referida unidade produtiva e, por vezes, de outras nas imediações. O que nos permite inferir que a vizinhança teria um papel importante na transmissão do saber e no processo de aprendizagem do ofício.

Na lista nominal de habitantes de 1832, a descrição das ocupações em que estão empregados os chefes de domicílio, por vezes, indica mais de uma atividade. O que sugere que a distribuição dos capitais pelos grandes proprietários de terras e escravos, evidenciando sua preocupação com a diversificação na pauta produtiva na região. A presença da exploração mineral mostra-se evidente na primeira metade do século XIX, assim como a conjugação dessa atividade com a produção agrícola.

Tabela 1 — Ocupação principal dos chefes de domicílio/Itabira, 1832

Ocupação	Quantidade
Mineiro	20
Fabricante de ferro	11
Criador	3
Agricultor	518

Fonte: APM, Câmara Municipal de Caeté. *Relação dos habitantes do Distrito da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro*, Termo da Vila de Caeté. 1832. CMC-15.

disponível em larga escala. Quando um indivíduo ou um grupo de pessoas decidia sobre uma determinada forma de conseguir recursos financeiros, ela passava necessariamente pela decisão de que tipo de trabalhador teria de utilizar caso o empreendimento fosse pequeno o seu próprio trabalho provavelmente era suficiente, mas talvez fosse necessária a ajuda de mais alguns trabalhadores livres ou escravos. Quando o empreendimento era grandioso, era necessária a utilização de cativos, assim, é difícil imaginar que os proprietários que investiram recursos na compra ou aluguel dos mesmos não se preocupassem instruí-los e incentivá-los a fazer um bom trabalho, deixando-os apenas com tarefas periféricas.” (Rebelatto, 2014, p. 37).

Tabela 2 — Ocupações conjugadas dos chefes de domicílio/Itabira, 1832

Ocupações conjugadas	Quantidade
Criador e manufator de ferro	4
Negociante e Mineiro	10
Negociante e criador	2
Negociante e Agricultor	3
Agricultor, Roceiro e Mineiro	18
Mineiro e Fabricante de ferro	1
Agricultor e fabricante de ferro	7
Negociante, Mineiro, Agricultor e Fabricante de ferro	1

Fonte: APM, Câmara Municipal de Caeté. *Relação dos habitantes do Distrito da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro*, Termo da Vila de Caeté. 1832. CMC-15.

O número de chefes de domicílios identificados por “mineiro/agricultor” ou apenas dedicados às atividades agrícolas como agricultor/roceiro/lavrador — indicando, nessa terminologia o potencial de uso de mão escravizada e a capacidade produtiva da unidade — evidencia a importância que a produção de gêneros alimentícios exercia enquanto ocupação predominante dos pequenos proprietários. Configuram o aspecto da agromineração como elemento de organização dos usos e exploração das terras e seus recursos na Itabira Oitocentista<sup>19</sup>.

Nos 1457 fogos identificados na lista de 1832, são descritos 22 indivíduos como proprietários de fábricas de ferro e/ou fazendas de agricultura “com engenhos maiores e menores, nos quais se fabrica aguardente e açúcar”.<sup>20</sup> Nessa relação, ao final da lista, além dos indivíduos dedicados às atividades de produção e transformação do ferro e produção de aguardente e açúcar, informa-se o tipo de mão de obra empregada em cada uma das unidades destacadas. Dessas 22 unidades, apenas 11 estão identificadas tendo apenas a fabricação/manufatura do ferro como atividade principal do chefe do domicílio. Em todas as demais, observa-se a conjugação com outras atividades produtivas.

<sup>19</sup>No que tange ao ferro, observa-se a separação entre os fogos em que os processos de produção e transformação do mineral estiveram interligados a outras atividades econômicas, daqueles em que essa é a atividade principal. Pode-se inferir certa preocupação por parte dos recenseadores em distinguir tais processos, uma vez que alguns chefes de domicílios foram tratados na fonte por “manufator de ferro” enquanto outros por “fabricante de ferro”.

<sup>20</sup>Entre outros chefes de domicílio identificados por ocupação referente aos trabalhos com o ferro, pelo termo “fabricante de ferro” temos: Policarpo José Barbalho, José Magalhães Barbalho, Antônio Pedro do Rego, Manoel José Gomes, Ana Maria de Jesus, Manoel das Mercês dos Santos, João da Silva Torres, Teles Damasceno Vieira, Joana Germana, José Caetano Lima, João Fernandes Madeira e Joaquim Fernandes Madeira. Já como “manufator de ferro” foram citados: Rosa Cristina, Theodozio Alvarez Ferreira, Justino Madeira, Maria Joaquina, João Baptista Monteiro, Francisco José Monteiro, Miguel Rodrigues Bragança Júnior e Antônio de Souza. APM, Câmara Municipal de Caeté. *Relação dos Habitantes do Distrito da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da Itabira do Mato Dentro*, Termo da Vila de Caeté, 1832, CMC-15.

No domicílio nº 90, Carlos Cassemiro da Cunha Andrade apresenta-se como chefe do domicílio, com ocupações de negociante, mineiro, agricultor e fabricante de ferro. Trata-se de um dos grandes potentados da Vila, proprietário de terras na Fazenda do Girau, terras de cultura em áreas diversas da cidade e datas em terras minerais na Serra do Esmeril, Piriquito, estendendo-se até as terras de propriedade da Sociedade da Conceição. Um caso de um grande proprietário que investiu seus recursos em terras, minas e escravizados. Além dos familiares, estão descritos 21 escravizados, mais da metade deles composta por homens (entre 12 e 24 anos) dedicados às atividades nas quais fora identificado o emprego da unidade produtiva<sup>21</sup>. Entre os cativos listados, os africanos estão preferencialmente empregados nas atividades de mineração, enquanto um único cativo, crioulo, está descrito como ferreiro. Para o dito chefe do domicílio, trabalham 6 escravos, e três oficiais. Disso, podemos inferir que esses escravizados identificados como mineiros também pudessem atuar nos trabalhos de produção do ferro em alguns períodos. A referência, além dos “três oficiais”, pressupõem que esses fossem trabalhadores livres, para os quais não nos é possível identificar a cor/qualidade. Sendo essa premissa verdadeira, confirma-se nossa proposta quanto à convivência de artesãos do ferro, livres e libertos, partilhando o processo de aprendizagem do ofício em unidades produtivas diferentes.

O vigário Policarpo José Barbalho, pardo, 52 anos, é chefe do domicílio nº 59 e está descrito como fabricante de ferro e mineiro. No mesmo fogo: Emígdio de Magalhães Barbalho, pardo, 18 anos, solteiro, estudante e feitor da roça; Francisco Marçal Barbalho, pardo, 11 anos, solteiro e Lucinda Francisca Magalhães, parda, de 7 anos. Após os familiares, seguem os escravizados Manuel Benguela, preto, 57 anos; solteiro, carvoeiro; José Quissamá, preto, 30 anos, casado, mineiro; Martinho, pardo, solteiro, 18 anos, ferreiro; Josefa Angola, preta, 34 anos, solteira, cozinheira; Maria Angola, preta, 33 anos, casada, fiadeira e Basília, crioula, 18 anos, casada, fiadeira. Também foram listados uma criança, Ana crioula de 1 ano, sem identificação da sua condição jurídica e o ferreiro livre José da Silva, crioulo, 18 anos, solteiro. Vê-se africanos e afrodescendentes envolvidos em todas as etapas de produção e transformação do ferro.

O fabricante de ferro e ferreiro José Magalhães Barbalho, pardo, 21 anos, casado, é o chefe de domicílio nº 60. Vive com a esposa Maria Germana do Rosário, parda e os escravizados Domingos Angola, preto, 28 anos, solteiro, sem ocupação definida e Martiniano, crioulo, de 10 anos, descrito como carvoeiro. Essas duas unidades (nº 59 e nº 60) parecem pertencer a uma mesma família, e, embora haja certa divisão do trabalho e especialização de tarefas referentes à produção e transformação do ferro, a presença do proprietário como fabricante e ferreiro deixa indícios de que a utilização da mão de obra escravizada não eliminaria a necessidade da sua própria, ou mesmo de outros integrantes do núcleo familiar em atividades subsidiárias no

---

<sup>21</sup>São eles: Luís, crioulo, 24 anos, casado, ferreiro; José Rebolo, preto, 20 anos, casado, mineiro; Francisco Monjollo, preto, 17 anos, solteiro, mineiro; Manuel Moçambique, preto, 20 anos, solteiro, mineiro; Vicente Cabinda, preto, 14 anos, solteiro, mineiro; Felisberto Moçambique, preto, 14 anos, solteiro, mineiro; Jacó Moçambique, preto, 15 anos, solteiro, capoteiro; Paulo Cabinda, preto, 15 anos, solteiro, mineiro; Joaquim Cabinda, preto, 14 anos, solteiro, roceiro, João cabinda, preto, 12 anos, solteiro, roceiro, Florêncio Benguela, preto, 14 anos, roceiro; Justino, crioulo, 12 anos, servente.

fogo. Trata-se de unidades produtivas com potencial produtivo mais restrito do que a que de Carlos Cassimiro da Cunha Andrade, ainda que os três chefes sejam citados como “fabricante de ferro”.

Antônio Pedro do Rego, branco, 38 anos é chefe do domicílio nº 570 e está identificado como fabricante de ferro. Em seu fogo estão descritos 5 escravizados, dos quais, 3 homens envolvidos com atividade de transformação do ferro. São eles: Raimundo, crioulo, 34 anos, solteiro, carvoeiro; Adão, crioulo, 18 anos, solteiro, carvoeiro e Dezedério, pardo, 15 anos, solteiro, também carvoeiro. Observa-se, mais uma vez, uma unidade produtiva em que a divisão do trabalho existente entre os indivíduos descritos não elimina a necessidade de utilização da mão de obra do proprietário. Já na lista nominal de 1840, Antônio Pedro do Rego está descrito como lavrador, como chefe do domicílio nº 606, situado no 11º quarteirão. A partir da análise da localização dos domicílios de ferreiros, sabemos que essa unidade produtiva estava situada na região do Rio de Peixe, em direção à Serra da Conceição e da localidade denominada Itabiruçu. Neste fogo, foram registrados também sua esposa, Ana Thereza, e os escravizados Raimundo e Dezedério, também listados no mesmo fogo em 1832. Raimundo segue identificado pela ocupação de ferreiro, para a respeito da ocupação de Dezedério, na lista nominal de 1840, não consta a informação.

Em 1832, no fogo nº 569, Maria Joaquina, branca, 60 anos, é descrita como manufactora de ferro. Viúva, reside com mais 11 escravizados (7 pardos e 2 crioulos), entre homens e mulheres dedicados às atividades agrícolas, de fiação e dois carvoeiros. São eles: Bernardo, crioulo, 40 anos, solteiro e Joam, crioulo, 50 anos, também solteiro. Assim, pode-se também inferir que o trabalho dos carvoeiros Raimundo, Adão e Dezedério, Bernardo e Joam poderia ser realizado com outros trabalhadores, livres e escravizados, residentes nas vizinhanças das forjas dessa região. Como, por exemplo, Manoel José Gomes, chefe do domicílio nº 576, descrito como manufator de ferro na lista nominal de 1832. Manoel, pardo, 35 anos, casado com Mariana Rodrigues, parda, 20 anos, fiadeira. Neste fogo não há nenhum escravizado ou trabalhador livre dedicado à lide com o ferro ou com outra ocupação, mas existem vários ferreiros, livres e escravizados listados em fogos vizinhos<sup>22</sup>.

Na lista de 1840, no fogo nº 603, D. Maria Joaquina de Jesus, branca, 80 anos, viúva, está citada como lavradora. Embora haja uma diferença na soma das idades entre uma fonte e outra, os nomes e características dos escravizados listados nestes fogos, nos dois momentos (1832 e 1840) nos permite inferir tratar-se da mesma pessoa e da mesma unidade produtiva. Em 1840, ao fogo nº 603, encontramos dois cativos ferreiros: Juvenal e Joaquim, ambos pardos, de idades 37 e 25 anos, respectivamente.

---

<sup>22</sup>São eles: José Fernandes Moço, pardo, 40 anos, casado e Rafael, pardo, 16 anos, solteiro (fogo nº 572); Jozé Alvares, crioulo, 21 anos, casado (fogo nº 577); Estevão Gonçalves, branco, 24 anos, solteiro e Joaquim Gonçalves de Barcelos, 25 anos, solteiro (fogo 579); Manoel Augusto, branco, 21 anos, casado (fogo nº 582); Francisco José de Almeida, pardo, 50 anos, casado (fogo nº 583); Ignácio Moreira, pardo, 40 anos, casado e um cativo de nome Joaquim Congo, preto, , 50 anos, solteiro (ambos no fogo nº 584).

Em 1843, Antônio Pedro do Rego, já citado nos recenseamentos de 1832 e 1840, aparece como inventariante e herdeiro da mesma Maria Joaquina de Jesus, provavelmente sua mãe.<sup>23</sup> Entre os bens declarados no referido inventário, consta uma fazenda de cultura no lugar denominado Rio de Peixe, avaliada em 1:800\$000 (um conto e oitocentos mil réis). Na mesma propriedade, havia uma morada de casas (avaliada em 120\$000); um “engenho de fazer ferro” paiol, monjollo, uma pequena criação de porcos além de terras minerais. Havia também, como bens da inventariada, 8 escravizados sem ocupação definida, entre eles, Juvenal e Joaquim. A Antônio Pedro coube a metade de uma safra de ferro, com 18 libras, avaliada em 2\$880 e os dois escravizados que, embora não tivessem a ocupação definida no inventário, sabemos, pelas listas nominais de 1832 e 1840, do emprego de sua mão de obra nas atividades de produção e transformação do ferro. O valor total do monte-mor dos bens declarados no inventário dos bens de Maria Joaquina de Jesus é 3:947\$520.

No livro de registro de terras públicas, há um recibo em nome de Antônio Pedro do Rego, com data de 1856<sup>24</sup>. Nele, pode-se ler:

Digo eu abaixo assinado que sou senhor e possuidor de umas terras no Rio de Peixe, freguesia da cidade de Itabira, que levarão pouco mais ou menos sessenta alqueires, principia se e nas Cabeceiras partem com João Gomes, mais abaixo com os herdeiros de José Rodrigues, mais abaixo com José Gomes, e mais abaixo com Custódio Macieira e por outro lado parte com Manoel d’Eiro<sup>25</sup> e mais acima com Antônio Francisco e mais José Jacinto e mais acima com o major Lage e com os herdeiros de Ana Maria. (Registro de Terras Públicas, 1854–57, Fl. 78/78 versos).

Em 1865, os bens de Antônio Pedro do Rego são dados à inventário por João da Cunha Gomes. No documento, ele está identificado como roceiro e na declaração dos bens, constam, entre outros, os mesmos imóveis e benfeitorias já descritos anteriormente.<sup>26</sup> A variação nas ocupações dos dois chefes de domicílio de uma fonte a outra e os dados do inventário de D. Maria Joaquina de Jesus, demonstram a maneira como os pequenos e médios proprietários de “engenhos de fazer ferro” procuravam diversificar suas atividades produtivas, ao mesmo tempo que adaptaram o emprego da mão de obra escravizada de acordo com o setor que

---

<sup>23</sup>APMI, Inventários. 1843. *Inventário de D. Maria Joaquina de Jesus*. Cx. 15.

<sup>24</sup>APM. *Repartição especial das terras públicas/Itabira*, Nossa Senhora do Rosário. 1854–1857. [TP-1-092/TP Rolo 8].

<sup>25</sup>Refere-se a Manoel Deiró do Espírito Santo, para quem, em 1856, consta um recibo de propriedade de cerca de quatro alqueires de terras de cultura na Fazenda do Rio de Peixe. APM. *Repartição especial das terras públicas/ Itabira*, Nossa Senhora do Rosário. 1854–1857. [TP-1-092/TP Rolo 8, fl. 83/verso].

<sup>26</sup>São eles: duas moradas de casa no local denominado Rio de Peixe (a 100\$000 e 200\$000); parte na mineração do Rio de Peixe, avaliada em 20\$000; metade de uma fábrica de ferro, avaliada em 30\$000; 4 carros de milho (a 32\$000) e dois alqueires de planta de arroz avaliada em 70\$000. Nesse momento, a unidade produtiva conta com apenas 2 escravizados. O monte mor em dinheiro do total dos bens de Antônio Pedro do Rego que foram declarados em seu inventário é de 1:103\$000.

apresentaria maiores rendimentos em uma dada época. A sazonalidade das ocupações da mão de obra livre e escravizada presente em uma mesma unidade produtiva está expressa nesse caso (Bacelar, 2015). Ao mesmo tempo, é possível observar a maneira como a atividade de produção e transformação do ferro perdera centralidade enquanto fonte de renda principal do proprietário desta unidade produtiva. Nota-se também, o processo de empobrecimento de Antônio Pedro do Rego na diminuição do número de cativos empregados em sua propriedade, assim como na perda de valor dos bens declarados no inventário da mãe, vinte anos antes. Um caso de uma fábrica de ferro que apresentara indícios de prosperidade na primeira metade do século XIX e que deixou de ser a principal fonte de recursos e investimentos de seu proprietário ao longo do Oitocentos.

Segundo a lista nominal de 1832, nas proximidades do domicílio de Antônio Pedro e Maria Joaquina de Jesus, no fogo nº 579, Ana Maria de Jesus, branca, 66 anos, viúva, está descrita como fabricante de ferro. 14 Com ela, residiam três filhos: Antônio Joaquim de Barcelos, branco, 41 anos, solteiro, lavrador; José Gonçalves de Barcelos, branco, 31 anos, solteiro, lavrador e Estevão Gonçalves, branco, 21 anos, ferreiro.<sup>27</sup> Além dos membros da família, foram registrados no mesmo fogo 10 escravizados, dos quais 7 eram mulheres dedicadas às atividades de fiação e aos cuidados com a manutenção da casa e 3 homens, identificados da seguinte forma: Luís, crioulo, 43 anos, solteiro, carvoeiro; Severino, crioulo, 45 anos, roceiro e Manoel Quissamá, preto, 44 anos, solteiro, carvoeiro.

Próximo a essa unidade produtiva, Manoel José Gomes, no fogo nº 576, está descrito como manufator de ferro<sup>28</sup>. Na lista nominal de 1840, como chefe de domicílio no fogo nº 690, no 11º quarteirão, região do Rio de Peixe, encontramos Joaquim Gonçalves Barcelos, branco, 36 anos, branco, ferreiro e que “sabe ler”. É provável tratar-se de um membro da família de Ana Maria de Jesus, embora não nos seja possível precisar com exatidão a natureza da ligação entre eles. Junto ao ferreiro Joaquim Gonçalves Barcelos, foram registrados apenas sua esposa, Ignácia, branca, 30 anos, os dois filhos menores do casal e o escravizado Apolinário, crioulo, de 18 anos, solteiro, sem ocupação definida.

No livro de registro de terras públicas, José Gonçalves Barcelos, um dos filhos de Ana Maria de Jesus, residente na mesma unidade produtiva, é citado como sócio de Joaquim Gomes de Barcelos na propriedade de “dois alqueires e quarta e meia de semeadura de milho em terras de plantações” na Fazenda do Rio de Peixe. Fazem parte da sociedade das ditas terras Joaquim Gonçalves Carneiro e João Gomes da Cunha. A Fazenda do Rio de Peixe tem como divisas as

---

<sup>27</sup>Estevão Gonçalves já fora identificado como um dos ferreiros residentes nas proximidades do domicílio de Antônio Pedro do Rego.

<sup>28</sup>Encontramos um inventário em nome de Estevão Gonçalves Barcelos, com data de 1815, que provavelmente se referia ao marido falecido de Ana Maria de Jesus — um dos filhos menores da dita também se chama Estevão Gonçalves. Infelizmente, tal documento não está em boas condições de conservação e não apresenta descrição de bens.

terras do Major Joaquim da Costa Lage, João Gomes e Antônio Pedro do Rego.<sup>29</sup>

No fogo ao lado, nº 691, Estevão Gonçalves Barcelos, pardo, 38 anos, solteiro, ferreiro, livre, é descrito como chefe do domicílio e ferreiro. Com ele residem 2 escravizados e 4 homens livres: 4 crioulos, 1 africano e 1 pardo. São eles: Sebastião, 30 anos, crioulo, solteiro, cativo, roceiro; Joaquim Angola, 20 anos, africano, cativo, roceiro; Jozé Jacintho, 30 anos, solteiro, pardo, jornaleiro, livre; Valeriano, 32 anos, crioulo, solteiro, jornaleiro, livre; Pedro Sardinha, 28 anos, crioulo, solteiro, jornaleiro, livre e Pedro Carneiro, 30 anos, crioulo, solteiro, jornaleiro, livre. A diferença de idade e da característica de cor/qualidade entre esse ferreiro e o filho de Ana Maria de Jesus, ferreiro, descrito em 1832 como branco, é instigante: 8 anos de diferença é um número relativamente alto para ser uma aproximação aceitável de tratar-se da mesma pessoa, assim como a passagem de branco a pardo para o Estevão Gonçalves, ferreiro de 1832 e o Estevão Gonçalves Barcelos, ferreiro de 1840. Seriam os dois registros referentes à mesma pessoa? Ou trata-se, na lista de 1840, de um agregado a mesma unidade produtiva que assumira o sobrenome dos proprietários das terras? É uma questão que a natureza de nossas fontes não permite solucionar com exatidão. De toda forma, no que se refere às atividades de produção e transformação do ferro nessas unidades produtivas vizinhas, pode-se inferir a utilização conjunta de mão de obra escravizada e livre, a incipiente divisão do trabalho no processo produtivo e a necessidade do emprego da força de trabalho dos proprietários nas atividades econômicas realizadas no fogo. Além disso, essa não era a única destinação dos investimentos de seus proprietários, que também empregavam seus recursos em terras para produção de gêneros alimentícios, como arroz e milho.

Entre a documentação consultada referente aos arquivos da Câmara de Itabira, há um registro avulso, sem data definida, intitulado “Fábricas de ferro”. Nesse, Antônio Pedro do Rego, Estevão Gonçalves Barcelos, Lizandro Gomes Carneiro e Joaquim Carneiro são citados como sócios em uma mesma fábrica, situada na localidade denominada Rio de Peixe. Os termos da sociedade e as características da produção na dita fábrica, estão descritos a seguir:

Antonio Pedro do Rego, morador do Rio de Peixe, trabalha em uma fábrica de ferro pequena de sociedade um escravo seu cativo, hum ajudante forro, sobre lupas faz oito libras por dia. Não puxa ferro, esse pouco desmancha em obras. O malho desta fábrica pesa arroba e meia e é de sociedade, foles de couro, trabalha com carvão. (...) Lizandro Gomes Carneiro do Rio de Peixe trabalha na dita Fábrica com uma forja, os foles de couro, um ajudante forro. Estevão Glz de Barcelos, na mesma fábrica do Rio de Peixe de Cima trabalha com uma forja e os foles de couro, um camarada forro, hum ajudante seu filho e trabalha em ferro comprado. (APMI. Documentos da Câmara Municipal de Itabira. *Fábricas de ferro*. Cód. Ref:s1e9cx03).

---

<sup>29</sup>APM. *Repartição especial das terras públicas*/ Itabira, Nossa Senhora do Rosário. 1854–1857. [TP-1-092/TP Rolo 8, fl. 248].

Embora a fonte não expresse a data precisa da descrição, as características indicadas quanto ao número de trabalhadores e sua relação com os fabricantes citados nos permite inferir tratar-se de um período similar aos dados levantados sobre Antônio Pedro do Rego e Estevão Gonçalves Barcelos entre 1832 e 1856. Pode-se notar como os elementos da paisagem local são fundamentais para a aquisição de matéria prima e força motriz para as benfeitorias das instalações do Rio de Peixe. O leito do córrego de Sant’Anna é fonte de areia para o processo de forja. Da mesma maneira, conforme citado no livro de terras públicas, todos os proprietários possuem terras nas proximidades nas quais tem acesso às matas, utilizadas em lenha para a queima do carvão e áreas de cultivo de gêneros agrícolas que podem servir de fonte do abastecimento para as unidades produtivas, assim como representar outros investimentos, para garantir os rendimentos em tempos em que a transformação do ferro não apresentar resultados prósperos. É importante salientar que o termo “fábrica” era utilizado na documentação oficial da Câmara Municipal de Itabira para se referir tanto às unidades produtivas nas quais se produzia o ferro e dele se forjava artigos diversos, quanto para aquelas onde apenas ocorria o processo de transformação do metal. As expressões “não puxa o ferro” e “trabalha em ferro comprado”, demonstram ser essa característica desta unidade produtiva em questão. Isso evidencia que, na região de Itabira, havia instalações que variavam quanto à capacidade produtiva, os processos envolvidos, a especialização do trabalho e o tipo de mão de obra utilizada para a produção e/ou transformação do ferro.

Sobre o processo produtivo, vê-se a conjugação do trabalho familiar, associado à contratação de trabalhadores livres, jornaleiros forros e escravizados para a produção dos artigos de ferro. O que implica na necessidade de os proprietários atuarem nas atividades da fábrica, ainda que haja uma relativa especialização do trabalho.<sup>30</sup>

Voltemos aos dados da relação nominal de 1832. No fogo 597, Manoel das Mercês dos Santos, pardo, 36 anos, casado com Rita Fernandes, parda de 21 anos, sem ocupação definida, é o chefe de domicílio. Junto ao casal residiam apenas os dois filhos menores. Manoel fora identificado na fonte como fabricante de ferro, mas nessa unidade produtiva não havia nenhum outro trabalhador livre ou escravizado dedicado aos trabalhos com o metal. Nas redondezas desse fogo, foram registrados dois ferreiros: Constantino Fernandes, pardo, 16 anos, ferreiro, solteiro, chefe de domicílio no fogo n° 598 e Jacinto dos Santos, pardo, 62 anos, solteiro, ferreiro, como chefe do domicílio n° 599 onde viviam ele e o jornaleiro José, pardo, 31 anos, solteiro. Todos eles poderiam trabalhar na mesma forja, utilizando-se a mão de obra tanto do proprietário quanto dos demais trabalhadores dos fogos vizinhos.

No fogo n° 612, encontramos como chefe de domicílio João da Silva Torres, branco, 45 anos, proprietário da Fábrica do Girau, após a venda das partes dos demais sócios em negoci-

---

<sup>30</sup>Ressaltamos que, em nossa análise das características unidades produtivas dedicadas à produção e transformação do ferro, enquanto elemento constituinte do processo de expansão do capitalismo e do sistema fabril no outro lado do Ocidente, consideramos o conceito de protoindustrialização com as críticas feitas por Ogilvie e Cerman acerca do caráter evolucionista inerente à tese original de Mendels.

ação feita por volta de 1823, conforme informações já relatadas e presentes no inventário da primeira esposa do Capitão Paulo José de Souza, seu inventariante no referido processo<sup>31</sup>. Aos 45 anos em 1832, João da Silva Torres, branco, casado com Maria Luiza, branca, de 38 anos, fora descrito como fabricante de ferro.<sup>32</sup>

Da lista desses cativos descritos com ocupações referentes à produção e transformação do ferro, observa-se a presença de africanos envolvidos em todos os processos. A ocorrência quase que exclusiva de trabalhadores registrados como carvoeiros, isto é, empregados na produção do carvão utilizado nas instalações de fundição do metal, sugere que poderia haver outros trabalhadores livres nas demais etapas da produção, como a forja e produção de utensílios diversos, assim como trabalhadores escravizados alugados de outros proprietários ou mesmo, pertencentes a outros sócios da fábrica. As características das ocupações dos escravizados dessa unidade produtiva evidencia tratar-se de uma instalação de maior capacidade de produção, na qual a separação entre capital e trabalho está bem estabelecida. A quantidade de trabalhadores envolvidos nos processos de produção e transformação do ferro e o fato destes serem escravizados, confirmam o afastamento do chefe do domicílio do processo produtivo.

José Caetano Lima, branco, 30 anos, casado, chefe do domicílio nº 1152 está descrito na lista nominal de 1832 como fabricante de ferro e ferreiro. Isto é, além de ser proprietário da instalação, também atua na atividade produtiva a que se destina esse fogo. Foram listados sua esposa, os três filhos menores do casal e outro ferreiro, ao final da lista: Manoel Mendes, pardo, solteiro, de 18 anos. Não é possível, apenas por essa fonte, identificar a natureza da relação existente entre José Caetano e Manoel Mendes: se existe algum elo familiar entre os dois ferreiros ou se este último é apenas agregado ao fogo. Contudo, é certo que ambos trabalham juntos e a ausência de ferreiros nas proximidades desse domicílio nos permite inferir tratar-se de uma unidade produtiva de pequeno porte, onde não se verifica especialização do processo

---

<sup>31</sup>APMI, Inventários, *Inventário de D. Maria Joaquina Dias de Freitas*, 1826. Cx. 4.

<sup>32</sup>Junto ao casal foram listados 5 filhos menores (Maria Joaquina, 8 anos; Joana Maria, 7 anos; Joam, 4 anos; José Luiz, 2 anos e Manoel Joaquim, 1 ano), além de 39 escravizados, dos quais, 28 apresentam ocupação relacionadas aos trabalhos de produção e transformação do ferro. Esses seguem listados a seguir, conforme foram registrados na documentação: Joan Teles Benguela, preto, 40 anos, solteiro, carvoeiro; Mariano, crioulo, 38 anos, solteiro, ferreiro; Manoel Cassange, preto, 30 anos, solteiro, carvoeiro; José Mafumbe, preto, 48 anos, solteiro, carvoeiro; Joam Benguela, preto, 27 anos, solteiro, carvoeiro; Antonio Monjollo, preto, 23 anos, solteiro, carvoeiro; Joam Congo, preto, 54 anos, solteiro, carvoeiro; Joaquim Benguela, preto, 24 anos, solteiro, carvoeiro; Lourenço Quissamá, preto, 24 anos, solteiro, carvoeiro; Francisco Monjollo, preto, 27 anos, solteiro, carvoeiro; José Cassange, preto, 28 anos, casado, carvoeiro; André (?) Congo, preto, 40 anos, casado, carvoeiro; José Cabinda, preto, 29 anos, solteiro, carvoeiro; José Canundó, preto, 28, carvoeiro; José Rebolo, preto, 27 anos, casado, ferreiro; Vicente Benguela, preto, 30 anos, casado, roceiro (?) Thomaz Rebolo, preto, 26 anos, solteiro, carvoeiro; Antonio Canundó, preto, 25 anos, casado, carvoeiro; Pedro Benguela, preto, 32 anos, solteiro, carvoeiro; Joam Rebolo, preto, 28 anos, solteiro, carvoeiro; Rafael Bambú, preto, 20 anos, solteiro, carvoeiro; Miguel Congo, preto, 19 anos, solteiro, carvoeiro; Joam Congo, preto, 15 anos, solteiro, carvoeiro; Antônio Canundé, preto, 18 anos, solteiro, carvoeiro; Januário Rebolo, preto, 18 anos, solteiro, carvoeiro; Joaquim Angola, preto, 13 anos, solteiro, ferreiro; Fellipe Congo, preto, 21 anos, solteiro, carvoeiro; Manoel Congo, preto, 20 anos, solteiro, carvoeiro.

produtivo e na qual o proprietário e o ferreiro livre atuavam juntos na transformação do ferro, não havendo separação entre capital e trabalho.

Os fogos nº 1170 e nº 1171, aparentemente, se referem a uma unidade produtiva na qual os dois proprietários, membros da mesma família, podem ser sócios. Trata-se de Joam Fernandes Madeira, pardo, 32 anos e Joaquim Fernandes Madeira, respectivamente, ambos descritos como fabricantes de ferro. Esse último também consta como fabricante de ferro na relação nominal de 1840.<sup>33</sup> Com Joam Fernandes Madeira residem sua esposa, Genoveva Valéria, parda, 31 anos, costureira, três filhos menores do casal, e dois homens com ocupações referentes aos trabalhos com o ferro: um livre e um escravizado. O ferreiro livre Theodoro, pardo, 36 anos, solteiro e que forja o ferro na mesma instalação em que o cativo Quitério, crioulo, 28 anos, atua como carvoeiro.

Já no domicílio de Joaquim Fernandes Madeira – declarado como fabricante de ferro em 1832 e 1840 – estão citados sua esposa, Ana Joaquina de Oliveira, parda, 21 anos, costureira, o filho José, de 8 anos e dois escravizados: São eles: Rosa Cabinda, preta, 32 anos, solteira, cozinheira e Eufrásio, crioulo, 34 anos, solteiro, ferreiro e cozinheiro. No documento avulso já citado sobre as fábricas de ferro existentes em Itabira, Joaquim Fernandes Madeira é citado como proprietário de uma fábrica de ferro, descrita com os seguintes termos:

Joaquim Fernandes Madeira, com huma pequena fábrica de ferro com hum escravo empregado. Qualidade do mineral areia apanhada no Córrego Sant’Anna, ignora as libras do mineral por arroba, por falta cálculos, igualmente a respeito do carvão por arrobas de lupa; não há mãos de quebrar por já vir em areia. Duas forjas, dois foles de couro, hum malho e mais obras para a despesa com camaradas que o cubra em número de quatro forros. (APMI. Documentos da Câmara Municipal de Itabira. *Fábricas de ferro*. Cód. Ref: s1e9cx03).

A descrição nos traz informações importantes acerca da atividade da unidade produtiva de ferro de Joaquim Fernandes Madeira. Sobre o processo produtivo, observa-se haver a separação do trabalho do proprietário e o uso de trabalhadores livres, libertos e escravizados na produção e transformação do ferro. Embora não saibamos, pelo trecho, a ocupação dos “camaradas” que trabalhariam na fábrica junto a Eufrásio, e possivelmente onde também atuavam Theodoro e Quitério, é possível que fossem outros ferreiros, como destacado na fonte, forros. Eufrásio, ferreiro e cozinheiro, poderia ser responsável pela preparação dos alimentos na dita fábrica, o que sugere que a produção e transformação do ferro seria realizada durante a jornada de todo dia, como ocupação principal desses trabalhadores: um ritmo de trabalho bem estabelecido e com relativa especialização.

---

<sup>33</sup>Joaquim Fernandes Madeira fora identificado também entre os irmãos e juizes de mesa da Irmandade do Rosário, com características distintas de um período a outro. Caso se refira ao mesmo indivíduo, nos dois momentos, esse seria um caso em que a conjugação da atividade de produção do ferro e a sociabilidade construída em torno na confraternidade do Rosário teria resultado em um processo de mobilidade social desse artífice afrodescendente. De preto forro, em seu ingresso como irmão do Rosário, em 1823, ele passaria a ser identificado como pardo em todas as outras fontes em que o encontramos, posteriormente (listas nominais de 1832 e 1840, registro de terras públicas e despesas e receitas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário).

Por outro lado, a “falta de cálculos” relatada quanto à quantidade de areia e mineral por lupa de ferro produzido, indicaria que o processo de produção pudesse ser definido pela prática, com restrita precisão técnica para garantir a qualidade do material produzido. De toda forma, trata-se de uma instalação na qual o ofício de ferreiro é partilhado entre pardos e crioulos livres, libertos e escravizados e na qual há, pelo menos nas intenções dos investimentos de seu proprietário, o intuito de que a produção do mineral fosse suficiente para garantir mais que o abastecimento das necessidades da própria unidade produtiva.

Entre outros habitantes descritos na lista nominal de 1832 como manufatores de ferro, encontramos Rosa Caetana (fogo n° 228), Justino Fernandes Madeira (fogo n° 566), Maria Joaquina (fogo n° 569), Teles Damasceno Vieira (fogo n° 826), Joam Baptista Martins (fogo n° 851), Francisco José Monteiro (fogo n° 852), Miguel Roiz Bragança Júnior (fogo n° 1104) e Antônio de Souza (fogo n°1180). Rosa Caetana, branca, 48 anos, chefe no domicílio n° 228 está descrita como negociante de manufatura de ferro. Na mesma unidade produtiva estão registrados seus 6 filhos e 10 escravizados. Entre os filhos, Marcelino Domingues, branco, 19 anos, solteiro, também está descrito como manufator de ferro e seu irmão, Marcel Domingues, 16 anos, solteiro, como caixeiro. Dos cativos empregados nessa unidade produtiva, constam 9 africanos e 1 crioulo, a maioria destes são homens.<sup>34</sup> No inventário de Rosa Caetana da Silva com data de 1862<sup>35</sup> foram declarados benfeitorias e artigos diversos que indicam a presença da transformação do ferro nessa unidade produtiva. Entre eles, “uma fábrica de fazer ferro” avaliada em 400\$000 e 339 enxadas novas avaliadas em 244\$080. A referida unidade produtiva conta com 12 escravizados, uma grande criação de animais e 26:410\$482 em valor do monte mor dos bens declarados. Trata-se, portanto, de uma unidade produtiva que agrega outras atividades econômicas, como a agricultura e criação de animais à produção de artigos de ferro – atividades que atenderiam à demanda da região de ferramentas para a lide agrícola. Pode-se notar que tais atividades, no momento do inventário, garantiriam a Rosa Caetana valores significativos em dinheiro e bens declarados.

Nas proximidades, no fogo n° 225, Izidoro dos Santos, 48 anos, crioulo, casado, ferreiro, retira dessa ocupação o sustento da esposa e filhos menores. É possível que Izidoro trabalhasse com o ferreiro Antônio Viô, na mesma unidade produtiva em que Rosa Caetana e Marcelino Domingues estão listados como manufatores de ferro e como ferreiro, respectivamente. E que o caixeiro Marcel Domingues ficasse encarregado de vender os artigos de ferro e outros diversos ali produzidos. Sendo Rosa Caetana também descrita como negociante, e o número de

---

<sup>34</sup>São eles: Matheus Benguela, preto, 40 anos, solteiro, carreiro; Lucas Rebolo, preto, 38 anos, solteiro, carreiro; Antônio Benguela, preto, 35 anos, solteiro carreiro; Antônio Viô, preto, 25 anos, solteiro, ferreiro; José Moleque; preto, 21 anos, solteiro, carreiro.

<sup>35</sup>Entre os bens declarados, constam uma fazenda cultura avaliada em 1:500\$000; mais terras agrícolas vistas em 560\$000; terras com 150 alqueires de milho avaliadas em 700\$000 e uma roça de milho em 787\$000. Entre outros bens imóveis, uma casa de vivenda avaliada em 400\$000 com um engenho em 200\$000, 3 partes e 1/4 em casas, avaliadas em 200\$000; outra morada de casas em 1:580\$000. Em dinheiro, o valor de 2:391\$403.

escravizados carreiros presentes nesse fogo, podemos sugerir que a atividade comercial tinha um peso significativo como fonte de renda dos moradores dessa unidade produtiva.

Justino Fernandes Madeira, pardo, 48 anos, casado com Joaquina Dias de Freitas, é o chefe do domicílio nº 566 e tem por ocupação a atividade de manufator de ferro e açúcar. Com ele, residem a esposa, seus cinco filhos e três escravizados. O filho mais velho, Manoel Justino, pardo, de 20 anos, solteiro, é ferreiro. Esse fogo apresenta um número pequeno de escravizados: apenas 1 mulher adulta (Theodora, 30 anos, solteira, cozinheira) e três crianças. O que nos permite inferir tratar-se de uma unidade produtiva em que a mão de obra familiar seria a base da atividade de produção e transformação do ferro, não havendo, portanto, separação entre capital e trabalho e especialização do processo produtivo.

No fogo nº 569, Maria Joaquina, branca, 60 anos, viúva, é identificada como chefe do domicílio e manufatora de ferro. Junto a ela foram registrados 11 escravizados, dos quais, nenhum deles apresenta ocupação referente às atividades de produção e transformação do ferro. A maioria dos cativos dessa unidade é composta por mulheres dedicadas às atividades de fiação ou aos cuidados com a casa. Há apenas 4 homens entre os escravizados: 2 roceiros e 2 carreiros. Disso podemos supor que a fábrica ou “engenho de fazer ferro” do qual Maria Joaquina tivera a propriedade, possa se localizar em outra unidade produtiva, ou mesmo estar em sociedade com outras pessoas. De forma que essa não é a atividade principal da unidade produtiva em que ela reside. Ou ainda, que, se as referidas instalações de produção e transformação do ferro se encontram nessa mesma unidade produtiva, o trabalho seria realizado por ferreiros livres e/ou escravizados alugados de outros senhores.

O mesmo pode-se inferir a respeito da unidade produtiva em que Teles Damasceno Vieira, branco, 48 anos, casado, está descrito como chefe do domicílio de nº 826, lavrador e manufator de ferro. Não há nenhum trabalhador do ferro, livre ou escravizado registrado em seu domicílio. A mesma característica se verifica no domicílio de Joam Baptista Martins, branco, 28 anos, casado, chefe no domicílio nº 851, criador e manufator de ferro.

As unidades produtivas em que Francisco José Monteiro (fogo nº 852), Miguel Roiz Brangança Júnior (fogo nº 1104) e Antônio de Souza (fogo nº 1180) foram descritos como manufatores de ferro também apresentam esse quadro: ausência de outros trabalhadores do ferro, além do chefe do domicílio, na mesma unidade produtiva. No caso de Antonio de Souza, ele próprio está identificado como manufator de ferro e ferreiro. Desses dados, podemos supor que esses manufatores de ferro, assim como Teles Damasceno e Joam Bapstista Martins, trabalhassem sozinhos ou com trabalhadores livres e/ou cativos alugados em uma tenda de ferreiro situada em sua propriedade. Ou, ainda, que tivessem uma forja em sociedade com outras pessoas e essa estivesse em uma unidade de produção e transformação do ferro situada em outro lugar da Vila. Na lista nominal de 1840, entre as atividades relacionadas à produção e transformação do ferro descritas para os chefes de domicílio, não há “manufator de ferro”. Entre as fases do processo produtivo, encontramos referência aos termos fabricante / fabricante de ferro, fundidor, ferreiro, carvoeiro. Essa mudança na forma de se referir entre os

processos produtivos ligados ao ferro nas duas fontes, pode se referir à natureza da atividade desempenhada nas instalações recenseadas.<sup>36</sup>

## Considerações finais

Para o caso da Itabira Oitocentista e das unidades produtivas dedicadas à produção e transformação do ferro, as instalações observadas não compreendem o número de empregados e um grau de especialização das atividades, com emprego intensivo de maquinário que nos permitiria classificá-las enquanto sistema fabril. Mesmo as instalações do Girau, unidade produtiva com maior grau de especialização dos trabalhadores e evidente separação entre capital e trabalho, apresenta elementos que nos levam a entendê-la enquanto produção manufatureira, em acordo com o proposto por Libby, ao tratar das experiências de siderurgia nas Minas oitocentistas à luz do conceito de protoindustrialização.<sup>37</sup>

Compreender as atividades de transformação do ferro nas Minas Gerais escravistas do século XIX enquanto uma atividade de protoindustrialização implica também em compreender de que maneira a propriedade de escravos e terras é vista por tais proprietários enquanto um investimento adequado em um período em que se observa a expansão do capitalismo na Europa e nas Américas. Para Libby, a utilização da mão de obra escrava é algo inerente à siderurgia mineira oitocentista, ainda que, paulatinamente, as mudanças no processo produtivo também favoreceram a transição do trabalho escravo para o trabalho livre (Libby, 1983, p. 98–99).

A utilização da mão de obra escravizada também é uma característica verificada nas unidades produtivas relacionadas ao ferro na Itabira oitocentista. Para o caso das unidades produtivas da Itabira Oitocentista em que verificamos, de maneira mais evidente, haver a especialização das etapas do processo produtivo (fundidor, ferreiro, carvoeiro), assim como o distanciamento do proprietário das instalações do trabalho direto com o ferro, é predominante a presença da mão de obra escravizada, utilizada em atividades diversas. Ainda que, em muitas

---

<sup>36</sup>Uma hipótese é que, na lista de 1832, o termo “fabricante” se referisse às unidades produtivas nas quais se verificasse tanto o processo de produção quanto o de transformação do ferro, enquanto “manufator” retratasse aquelas que se dedicavam à forja de artigos, utilizando ferro comprado. Já na relação nominal de 1840, a ausência do termo “manufator” pode significar que, nas instalações com essas características — apenas a forja — o proprietário passara a ser identificado como ferreiro, mantendo-se apenas a distinção entre o artífice e o fabricante. Em 1840, apenas 4 habitantes foram identificados como fabricantes de ferro: Joaquim Fernandes Madeira (também descrito dessa forma em 1832), José Magalhães de Barbosa, Maria Luisa da Silva (viúva de João da Silva Torres, proprietários da Fábrica do Girau), Manoel Moreira de Figueredo.

<sup>37</sup>As discussões propostas por Olgivie e Cerman demonstram que os estudos de protoindustrialização devem caminhar no sentido de analisar as características das áreas em que se pode verificar a presença da indústria doméstica e da proletarização dos camponeses não como uma fase do desenvolvimento industrial, mas como um fenômeno particular, que apresenta características próprias de região a região. Haverá casos em que o processo de protoindustrialização, de fato, apresenta o processo proposto por Mendels, culminando na composição de mão de obra de reserva e na produção de artigos semiacabados para o sistema fabril em formação. Mas, em outras áreas, essa relação não se verifica de forma teleológica e isso não significa que essa indústria doméstica não deva ser entendida como uma experiência protoindustrial.

delas, também se observe a conjugação entre trabalho livre ao trabalho escravo. Os trabalhadores afrodescendentes e africanos são majoritários em praticamente todas as ocupações relacionadas à produção e transformação do ferro em nosso espaço de análise. No que se refere ao tamanho das unidades produtivas, capacidade de investimentos dos proprietários e diversificação das atividades econômicas, essas instalações apresentavam características distintas e havia variações dos objetivos e potencial de produção de uma para outra.

## Bibliografia

- ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Ferreiros e fundidores da Ilamba**: uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII). Luanda: Fundação Dr. Agostinho Neto, 2018.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. **Entre a Roça e o Engenho**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.
- ANDRADE, Matheus Rezende. **Africanos libertos em tempos de escravismo**: um pouco mais sobre a precariedade da liberdade no Brasil oitocentista. *Temporalidades*, Belo Horizonte, ed. 25, v. 9 n. 3, set/dez.2007.
- BACELAR, Carlos Almeida Prado. As Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765–1836). **Anais de História de além-mar**. XVI, Ano 2015/ CHAM.
- BERLIN, Ira. **From Creole to African**: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America. *The William and Mary Quarterly*, 53, n. 2, (1996): 251–88.
- BERLIN, Ira. **Gerações de cativo**: uma história da escravidão nos Estados Unidos. Tradução Julio Castanõn. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BRITTO, Maura S. Gonçalves de. **Com luz de ferreiro**: práticas do ofício nas Minas do ferro escravistas, século XIX. 2011. Belo Horizonte: Páginas Editora, 2021.
- CALÓGERAS, João Pandiá. **As Minas do Brasil e sua legislação**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. II, 1905.
- CARRARA, Ângelo Alves. Espaços urbanos em uma sociedade rural. Minas Gerais, 1808–1835. **Varia História**, Belo Horizonte, p. 144–164.
- COSTA, Iraci Del Nero da. As populações das Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica. **Revista Crítica Histórica**, ano II, n. 4, p. 176–197, dezembro, 2011.
- DANIELI NETO, Mario. **Escravidão e indústria**: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765–1895. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia. UNICAMP: SP, 2006.
- ENGRACIA, Julio. Chorografia Mineira: município e comarca de Itabira. Ouro Preto: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 1898, v. 3.
- ESCHWEGE, Ludwig von Wilhelm. **Pluto Brasiliense**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1978, vol. 1 e 2.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia, Rio de Janeiro, 1790–1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRENCH, Jonh. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política do Brasil Moderno. *In*: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas Províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836–1841**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. Da USP, 1975.

GODOY, Marcelo Magalhães & PAIVA, Clotilde Andrade. Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais. **Revista brasileira de estudos populacionais** [online]. 2010, vol. 27, n. 1, p.161–191. ISSN 0102-3098. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000100010>.

GOMES, Francisco Magalhães. **História da Siderurgia no Brasil**. Belo Horizonte; Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

LANDGRAF, Fernando José Gomes; TSCHIPTSCHIN, André Paulo; GOLDSTEIN, Hélio. Notas sobre a siderurgia no Brasil. *In*: VARGAS, Milton. (Org). **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 1994.

LANDGRAF, Fernando José Gomes; et all. Archaeometallurgy of ferrous artefacts of the Patriótica Iron Factory (XIX century, Ouro Preto, Brazil). *Rem – International Engineering Journal*, v. 74, p. 483–501, 2021.

LEVI, Giovani. Microhistory and Global History. **Critical History** N° 69 (2018): 21–35. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/histcrit69.2018.02>.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma economia escravista**. Minas Gerais no século XIX. Editora Basiliense, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista colonial. *In*: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo**: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. O apelo de Maria Yedda e a história econômica das Minas Gerais. *In*: TEIXEIRA da Francisco Carlos da; et. all. (orgs.). **História agrária e da escravidão no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2001.

LINHARES, Maria Yedda L. O Brasil no século XVIII e a Idade do Ouro: a propósito da problemática da decadência. **Seminário sobre cultura mineira no período colonial**. Belo Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Remediados senhores**: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 17790-c. 1844. (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

MAWE, Jonh. **Viagens ao Interior do Brasil**. Coletânea de cientistas estrangeiros. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1922.

MEDEIROS, Felipe Lima de, PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Teoria Protoindustrial: origem, desenvolvimento e atualidade. **Estudos Econômicos**, São Paulo, vol. 49 n. 1, p. 131–161, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn0034-7167.v49n1p131-161>.

MENDELS, Franklin F. The First Phase of the Industrialization Process. **The Journal of Economic History** v. 32, n. 1, p. 241–261, março de 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2576323>.

OGILVIE, Sheilagh C. Protoindustrialization. **The New Palgrave Dictionary**, 2008, p. 115–155. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-1-3511-0000-0\\_11](https://doi.org/10.1007/978-1-3511-0000-0_11).

“Do Girau ao Itabiruçu”: a produção e transformação do ferro entre a escravidão e a protoindustrialização...

OGILVIE, Sheilagh C., CERMAN, Markus. **European proto-industrialization: an introduction handbook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OLIVEIRA, Franciely da Luz. **Forjando “máquina grande” nos sertões do Atlântico: dimensões centroafricanas na história da exploração das minas de Ipanema e na instalação de uma real fábrica de ferro no Morro do Araçoiaba (1597–1810)**. Curitiba: Editora CVR, 2021. 274p.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX**. 228f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REBELATTO, Martha. **Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas**, Termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822–1888. Fino Traço Editora, 2014.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio, PAIVA, Clotilde Andrade. **Domicílios enquanto unidades de produção e reprodução: A família na Minas Gerais Oitocentista**. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/mario-marcos-sampaio-rodarte-clotilde-andrade-paiva.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia, 1974, p. 122.

SENA, Joaquim Cândido da. Viagem de estudos metalúrgicos no centro da Província de Minas Gerais. *Annaes da Escola de Minas*. Ouro Preto, v.1, 1981.

SENA, Eduardo Spiller. Notas sobre a historiografia da arte do ferro nas Áfricas Central e Ocidental. XVII. **Encontro Regional de História**. ANPUH/UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

Recebido em 31 out. 2024. Aprovado em 26 dez. 2024.